

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS
PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

EDITAL Nº 36/2015

A Comissão do Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista o disposto no art. 65, *caput*, da Resolução nº 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça, e nos subitens 15.3 e 15.4 do Edital de Abertura de Inscrições (Edital nº 01/2012), torna público o **PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL**:

PONTO 1

DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Princípios e garantias constitucionais do processo. A lei processual no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual. DIREITO ADMINISTRATIVO: Princípios de direito administrativo. Administração pública. A supremacia e a indisponibilidade do interesse público. DIREITO DO CONSUMIDOR: Qualidade de produtos e serviços. Prevenção e reparação dos danos. Proteção à saúde e à segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. DIREITO AMBIENTAL: Sistema Nacional do Meio Ambiente. Política nacional do meio ambiente. Repartição de competências em matéria ambiental. Degradação da qualidade ambiental. Ar. Água. Solo. Flora. Fauna. Ecossistemas brasileiros. Biodiversidade e patrimônio genérico. Poluição. Poluidor. Recursos naturais. Dano ambiental.

PONTO 2

DIREITO CIVIL: Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Ausência. Pessoas jurídicas. Associações. Fundações. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Jurisdição: conceito, espécies e princípios. Competência: conceito, classificação, modificação, conflito e declaração de incompetência. Ação: conceito, elementos, condições gerais e teorias informativas do direito de ação. Ação e pretensão. DIREITO ADMINISTRATIVO: Ato administrativo. Fatos da administração. Discricionariedade administrativa. DIREITO DO CONSUMIDOR: Direitos do consumidor. Disposições gerais. Política nacional de relações de consumo. Direitos básicos do consumidor. DIREITO AMBIENTAL: Teoria geral do direito ambiental. Conceito. Princípios fundamentais. Tutela constitucional de proteção ambiental. Ecologia e meio ambiente. Bens jurídicos ambientais. O meio ambiente e o consumo sustentável. Desenvolvimento econômico e meio ambiente

PONTO 3

DIREITO CIVIL: Domicílio. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Processo e relação processual. Processo e procedimento. Pressupostos processuais de existência e validade do processo. Pressupostos processuais negativos. DIREITO ADMINISTRATIVO: Processo administrativo. Processo administrativo disciplinar. DIREITO DO CONSUMIDOR: Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. DIREITO AMBIENTAL: Tutela administrativa do meio ambiente: poder de polícia, competência, estudo de impacto ambiental, licenciamento e monitoramento ambiental, responsabilidade administrativa.

PONTO 4

DIREITO CIVIL: Bens. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: O juiz: poderes, deveres e responsabilidades na condução do processo. Princípio do impulso oficial. A decisão judicial frente às lacunas legais. Partes e procuradores. Ônus processuais das partes e dos seus advogados. Deveres de lealdade e da boa-fé. A litigância de má-fé. Litisconsórcio: conceito e espécies. Intervenção de terceiros. O Ministério Público. DIREITO ADMINISTRATIVO: Contrato administrativo. Consórcios. Convênios. Contrato de gestão. Licitação e processo licitatório. DIREITO DO CONSUMIDOR: Práticas comerciais. Disposições gerais. Oferta. Publicidade. Princípios. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados. Cadastros de consumidores. Responsabilidades. DIREITO AMBIENTAL: Tutela processual do meio ambiente. Inquérito civil público. Finalidade. Instauração. Ajustamento de conduta. Ação civil pública em matéria ambiental. Ação popular. Mandado de segurança coletivo. Desapropriação. Tombamento. A tutela inibitória em

matéria de proteção ao meio ambiente. A tutela de urgência no direito ambiental. O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental.

PONTO 5

DIREITO CIVIL: Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos do negócio jurídico. Invalidade do negócio jurídico. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Formação, suspensão e extinção do processo. O procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais Cíveis. DIREITO ADMINISTRATIVO: Serviço público. Delegação, concessão, permissão e autorização. As parcerias público-privadas. DIREITO DO CONSUMIDOR: Proteção contratual. Disposições gerais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. DIREITO AMBIENTAL: Tutela penal do meio ambiente. Crimes e infrações administrativas ambientais. Penas e sanções administrativas. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Da ação e do processo penal.

PONTO 6

DIREITO CIVIL: Atos jurídicos lícitos e atos jurídicos ilícitos. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Atos processuais: conceito, forma, espécies e comunicação. Sistema de nulidades dos atos processuais. A instrumentalidade das formas. Prazos processuais. O sistema de preclusões processuais. DIREITO ADMINISTRATIVO: O poder de polícia. Polícia administrativa. Polícia judiciária. DIREITO DO CONSUMIDOR: Sanções administrativas. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O Estatuto da Criança e do Adolescente: princípios. Os direitos fundamentais. Princípios. O direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

PONTO 7

DIREITO CIVIL: Prescrição e decadência. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Petição inicial: requisitos, hipóteses de indeferimento, estrutura e emenda. O pedido: conceito, espécies e cumulação. DIREITO ADMINISTRATIVO: Limitações administrativas à autonomia e à propriedade privada. Tombamento e servidão. DIREITO DO CONSUMIDOR: Defesa do consumidor em juízo. Disposições gerais. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer. Coisa julgada. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Família natural. Família extensa. Família substituta. Guarda. Tutela. Adoção. Adoção nacional e internacional. Os institutos do acolhimento familiar e institucional. Os cadastros.

PONTO 8

DIREITO CIVIL: Prova. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Resposta do réu. Defesas processuais. Revelia: conceito e efeitos. A ação declaratória incidental. Incidentes de impugnação ao valor da causa e de gratuidade judiciária. DIREITO ADMINISTRATIVO: Desapropriação. Procedimento e processo expropriatório. DIREITO EMPRESARIAL: Direito de Empresa. Conceito. Origem e evolução. Teoria da Empresa. Fundamentos. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O Conselho Tutelar. O Ministério Público. O advogado e a assistência judiciária.

PONTO 9

DIREITO CIVIL: Direito das obrigações. Modalidades. Transmissões. Adimplemento. Extinção e inadimplemento das obrigações. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Saneamento do processo. Audiência preliminar: tentativa de conciliação, resolução de questões processuais, fixação de pontos controvertidos e especificação dos meios de prova. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento antecipado do mérito. DIREITO ADMINISTRATIVO: Sanções administrativas. DIREITO EMPRESARIAL: Empresário (Individual). Conceito. Requisitos, caracterização e obrigações. Capacidade. O menor empresário. A mulher casada. O Estrangeiro. Prepostos. Escrituração. SOCIOLOGIA DO DIREITO: Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas.

PONTO 10

DIREITO CIVIL: Contratos em geral. Contratos em espécie. Atos unilaterais. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Das provas. Meios e ônus da prova. Sistemas de valoração das provas. Presunções e indícios. Prova emprestada. Prova ilícita. Produção das provas. Audiência de instrução e julgamento. DIREITO ADMINISTRATIVO: Regulação econômico-social e o direito administrativo econômico. A intervenção do estado no domínio econômico. A administração pública e a competência regulatória. DIREITO EMPRESARIAL: A empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI. Conceito. Requisitos e caracterização. A Lei 12.441/2011. A microempresa. A média empresa e o pequeno empresário. SOCIOLOGIA DO DIREITO: Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o direito. Transformações sociais e direito.

PONTO 11

DIREITO CIVIL: Responsabilidade civil. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Sentença: conceito, espécies, estrutura e classificação. Nulidades da sentença. Coisa julgada: conceito, espécies e limites. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. Ação rescisória. Liquidação e cumprimento da sentença. Procedimento da fase de cumprimento e seus incidentes processuais. DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração pública direta e indireta. Centralização, descentralização e desconcentração. Autarquias. Fundações. Empresas estatais. Agências executivas e reguladoras. As entidades paraestatais e o terceiro setor. DIREITO EMPRESARIAL: Elementos de identificação da atividade empresária. Nome Empresarial. SOCIOLOGIA DO DIREITO: Direito, comunicação social e opinião pública.

PONTO 12

DIREITO CIVIL: Direito das coisas. Posse. Propriedade. Aquisição e perda da propriedade móvel e da propriedade imóvel. Direitos de vizinhança. Condomínio. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Penhor. Hipoteca. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Recursos: princípios, espécies e admissibilidade. DIREITO ADMINISTRATIVO: Servidores públicos. Agentes públicos. Lei de responsabilidade fiscal. Responsabilidades do servidor público. DIREITO EMPRESARIAL: Elementos para o exercício da atividade empresária. Estabelecimento empresarial. SOCIOLOGIA DO DIREITO: Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não-judiciais de composição de litígios.

PONTO 13

DIREITO CIVIL: Direito de família. Direito pessoal. Direito patrimonial. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Tutela jurisdicional: noções gerais. Tutelas de urgência: cautelar e antecipatória. Tutela inibitória. DIREITO ADMINISTRATIVO: Bens públicos: definição e classificação. Bens de domínio público e bens dominicais. A transferência de bens públicos: a alienação e o uso de bem público por particular. DIREITO EMPRESARIAL: Do registro. Registro da atividade empresária. Lei 8.934/94 e Decreto 1.800/96. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA: Psicologia e comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.

PONTO 14

DIREITO CIVIL: União estável. Tutela. Curatela. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Processo de execução: generalidades e princípios. Título executivo: conceito e requisitos. O procedimento de execução por quantia certa fundada em título extrajudicial. A exceção de pré-executividade. Embargos à execução. Execução indireta. Execução de prestação alimentícia. Execução contra a Fazenda Pública. DIREITO ADMINISTRATIVO: Responsabilidade do Estado. A reparação do dano e a responsabilidade pessoal do agente público. DIREITO EMPRESARIAL: Direito Societário. Sociedades Não Empresárias e Sociedades Empresárias. Sociedades Personificadas e Sociedades Não Personificadas. Sociedades em espécies: Sociedade em Comum. Sociedade em Conta de Participação. Sociedade Simples. Sociedade em Nome Coletivo. Sociedade em Comandita Simples. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima e Sociedade em Comandita por Ações. Cooperativa. Sociedade coligadas. Da sociedade dependente de autorização. Da sociedade nacional e da sociedade estrangeira. Dissolução e Liquidação das Sociedades. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA: Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.

PONTO 15

DIREITO CIVIL: Direito das sucessões. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Processo cautelar. Ação cautelar. Medida cautelar. Poder geral de cautela do juiz. Procedimento cautelar comum e procedimentos cautelares específicos. Jurisdição contenciosa. Jurisdição voluntária. DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Pública e o Direito à Saúde. Noções de Direito Sanitário. Os princípios do Direito Sanitário. Legislação de Direito Sanitário. DIREITO EMPRESARIAL: Mutações Societárias: Transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades. FILOSOFIA DO DIREITO: O conceito de justiça. Sentido lato de justiça, como valor universal. Sentido estrito de justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.

PONTO 16

DIREITO CIVIL: Inventário e partilha. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Processo coletivo: conceito e noções gerais. A jurisdição e as ações coletivas. A legitimação ativa no processo coletivo. A tutela jurisdicional dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. DIREITO ADMINISTRATIVO: Controle da administração pública. A administração pública em juízo. Meios de controle judicial da administração pública. Prescrição e decadência em direito administrativo. DIREITO EMPRESARIAL: Contratos Empresariais. Compra e venda mercantil. Franquia. Faturização. Alienação Fiduciária em Garantia. Arrendamento Mercantil. Cartão de Crédito. FILOSOFIA DO DIREITO: O conceito de direito. Equidade. Direito e moral.

PONTO 17

DIREITO CIVIL: Registros Públicos. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (Alterado até a Emenda Regimental nº 11/2011). DIREITO ADMINISTRATIVO: Improbidade administrativa. Mandado de segurança. Ação popular e ação civil pública. DIREITO EMPRESARIAL: Direito Cambiário. Teoria e aspectos Gerais. Constituição e Exigibilidade do crédito cambiário. Títulos em espécie: letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata. FILOSOFIA DO DIREITO: A interpretação do direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.

PONTO 18

DIREITO PENAL: Aplicação da lei penal. Princípios fundamentais de Direito Penal. A lei penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Eficácia de sentença estrangeira. Contagem dos prazos penais. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Princípios constitucionais do processo penal. Sistemas processuais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Sistema de investigação preliminar. Inquérito Policial. DIREITO CONSTITUCIONAL: A Constituição: conceito, objeto, classificação e conteúdo. Supremacia formal e material da Constituição. A Constituição Federal de 1988: disposições gerais e transitórias. DIREITO TRIBUTÁRIO: Direito tributário: conceito, fontes e normas gerais. Legislação tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A prevenção geral e especial.

PONTO 19

DIREITO PENAL: Teoria Geral do Delito. O conceito de delito. Elementos. Classificação. Sujeitos. Objeto. Requisitos, elementos e circunstâncias. Conduta punível. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Ação penal: conceito e condições. Pressupostos processuais. Sujeitos da relação processual. Ação penal pública: incondicionada e condicionada. Ação penal privada: exclusiva e subsidiária. Denúncia e queixa. DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder constituinte: conceito, espécies, origem, titularidade, exercício, natureza jurídica e legitimidade. Reforma e mutação constitucional. DIREITO TRIBUTÁRIO: Sistema Tributário Nacional. Poder de tributar. Princípios e limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição das receitas tributárias. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A política e as entidades de atendimento. Princípios específicos. Fiscalização.

PONTO 20

DIREITO PENAL: Resultado. Relação de causalidade. Causa superveniente e causalidade normativa na omissão. Imputação objetiva. Conflito aparente de normas. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Ação civil.

Jurisdição e competência. Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte. DIREITO CONSTITUCIONAL: A interpretação constitucional. Princípios interpretativos. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. DIREITO TRIBUTÁRIO: Imunidades tributárias. Isenção. Não-incidência. Benefícios fiscais. Anistia. Remissão. Diferimento. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: As medidas de proteção.

PONTO 21

DIREITO PENAL: Tipo. Teorias. Elementos. Funções. Tipicidade. Bem jurídico. Crime consumado. Tentativa. DIREITO PROCESSUAL PENAL:: Questões prejudiciais. Exceções. Incompatibilidades e impedimentos. Conflito de competência. Restituição das coisas apreendidas. Medidas assecuratórias. Incidente de falsidade. Incidente de insanidade mental. DIREITO CONSTITUCIONAL: Princípios fundamentais. Direitos fundamentais. Direitos e garantias. DIREITO TRIBUTÁRIO: Tributo: conceito e espécies. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O acesso à justiça. A justiça da infância e da juventude. O juiz. A competência. Serviços auxiliares. Os procedimentos. Os recursos.

PONTO 22

DIREITO PENAL: Crime doloso. Crime Culposo. Causas de exclusão de tipicidade. Erro de tipo. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Provas: conceito, objeto e classificações. Princípios da prova. Meios de prova. Limitações constitucionais das provas. Provas inadmissíveis. Ônus da prova. Sistemas de apreciação. Exame de corpo de delito e perícias em geral. Perguntas ao ofendido. Testemunhas. Reconhecimento de pessoas e coisas. Interrogatório do acusado. Confissão. Acareação. Documentos. Índícios. Busca e Apreensão. DIREITO CONSTITUCIONAL: O Estado democrático de direito. A justiça constitucional: conceito e fundamentos. Controle de constitucionalidade. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Normas constitucionais inconstitucionais. DIREITO TRIBUTÁRIO: Incidência tributária. Fato gerador. Obrigação tributária. Sujeitos ativo e passivo. Objeto da obrigação tributária. Responsabilidade tributária. Ordem econômica e tributação. As normas indutoras. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O ato infracional. Os direitos individuais. Garantias processuais. Medidas sócioeducativas.

PONTO 23

DIREITO PENAL: Antijuridicidade. Conceito. Exclusão de ilicitude. Estado de necessidade. Legítima defesa. Estrito cumprimento de dever legal. Exercício regular de direito. Excesso nas causas justificativas: doloso e culposo. Culpabilidade. Conceito. Teorias. Elementos. Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Prisão. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Liberdade provisória com ou sem fiança. DIREITO CONSTITUCIONAL: Direitos difusos e coletivos. DIREITO TRIBUTÁRIO: Crédito tributário: lançamento, decadência e prescrição. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção da obrigação tributária. Exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Processo judicial tributário. As ações tributárias. Compensação. Pagamento do indébito tributário. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A apuração do ato infracional. A aplicação e execução das medidas sócio-educativas. Substituição e extinção das medidas sócio-educativas.

PONTO 24

DIREITO PENAL: Culpabilidade diminuída. Menoridade. Coação irresistível e obediência hierárquica. Emoção e paixão. Embriaguez. Erro de proibição. Causas de justificação. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Atos processuais: conceitos e classificação. Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da justiça e de terceiros. Termos. Citações. Conceito. Formas. Efeitos. Suspensão condicional do processo. Intimações e notificações. Audiências. Sessões. Prazos. Princípios. Características. Contagem. DIREITO CONSTITUCIONAL: Direitos individuais. Direitos sociais. Direitos políticos. Direitos dos estrangeiros. Cidadania. Plebiscito. DIREITO TRIBUTÁRIO: Impostos estaduais e municipais. ICMS. ISSQN. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Os crimes e as infrações administrativas.

PONTO 25

DIREITO PENAL: Concurso de pessoas. Requisitos. Autoria. Espécies. Teoria do domínio do fato. Participação. Acessoriedade da participação. Concurso de pessoas em crimes omissivos. Concurso de

pessoas em crimes culposos. Punibilidade do concurso de pessoas. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares do crime. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Sentença. Conceito. Requisitos. Classificações. *Emendatio Libelli*. *Mutatio Libelli*. Publicação. Intimação. Sentença absolutória. Efeitos. Sentença condenatória. Fundamentação da pena e efeitos. Coisa julgada. DIREITO CONSTITUCIONAL: Disposições constitucionais republicanas no Estado Brasileiro. O Estado Federal Brasileiro. Os entes federativos. Intervenção nos Estados. DIREITO TRIBUTÁRIO: Responsabilidade tributária. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade supletiva. Substituição tributária. TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA: Direito objetivo e direito subjetivo.

PONTO 26

DIREITO PENAL: Penas. Espécies. Regimes prisionais. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Detração. Aplicação da pena. Concurso de infrações. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Procedimentos comuns: ordinário, sumário e sumaríssimo. Juizados Especiais Criminais. DIREITO CONSTITUCIONAL: A organização dos poderes. Os mecanismos de freios e contrapesos. O Poder Legislativo. O Poder Executivo. DIREITO TRIBUTÁRIO: Fiscalização tributária. O processo administrativo fiscal. Dívida ativa: conceito, inscrição, presunção de certeza e liquidez, certidão negativa de débito, execução judicial e prescrição. Medida cautelar fiscal. Lei de Execução Fiscal. TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA: Fontes do direito objetivo. Princípios gerais de direito. Jurisprudência. Súmula vinculante.

PONTO 27

DIREITO PENAL: Ação penal pública. Ação penal de iniciativa privada. Ação penal no crime complexo. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Processo dos crimes da competência do júri. Procedimento. Pronúncia. Impronúncia. Absolvição. Desclassificação. Preparação do processo para julgamento em plenário. O julgamento pelo júri. DIREITO CONSTITUCIONAL: Lei de Organização da Magistratura Nacional. DIREITO ELEITORAL: A Justiça Eleitoral. Juízes eleitorais. Tribunais Regionais Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral. O Ministério Público Eleitoral. TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA: A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU)

PONTO 28

DIREITO PENAL: Punibilidade. Extinção da punibilidade: causas previstas ou não no art. 107 do Código Penal. Efeitos. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal. DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder Judiciário: disposições gerais. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais. Tribunais e Juízes do Trabalho. Tribunais e Juízes Eleitorais. Tribunais e Juízes Militares. Tribunais e Juízes dos Estados: organização e competência. As garantias do Poder Judiciário. DIREITO ELEITORAL: O Código Eleitoral. A Lei de inelegibilidades. A lei dos partidos políticos. A lei das eleições. A Lei Complementar nº 135/2012 (Lei da Ficha Limpa). ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções e remoções.

PONTO 29

DIREITO PENAL: Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra os costumes. Crimes contra a saúde pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Procedimento dos crimes da Lei de Drogas. Procedimento dos crimes falimentares. Procedimento dos crimes de violência doméstica. DIREITO CONSTITUCIONAL: Das funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia-Geral da União, Procuradorias Gerais dos Estados, Municípios e Distrito Federal, Advocacia e Defensoria Pública. Natureza da função jurisdicional. DIREITO ELEITORAL: Alistamento eleitoral. Transferência eleitoral. Cancelamento e exclusão. Domicílio eleitoral. Escolha e registro dos candidatos. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: Direitos e deveres funcionais da magistratura.

PONTO 30

DIREITO PENAL: Contravenções penais. Crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores. Crimes contra a economia popular. Crimes de abuso de autoridade. Crimes falimentares. Crimes de menor potencial ofensivo. Crimes da Lei de Drogas. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Nulidades. Conceito. Classificação. Sistema legal. Nulidades em espécie. Arguição, saneamento e efeitos. DIREITO CONSTITUCIONAL: Reserva de jurisdição e reserva de lei. Súmula Vinculante. Repercussão Geral. Conselho Nacional de Justiça: história, composição, competência e funcionamento. Corregedoria Nacional. Normas relativas ao Poder Judiciário na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. DIREITO ELEITORAL: Votação: atos preparatórios, início, encerramento e fiscalização. Seções eleitorais. Apuração eleitoral. Proclamação e diplomação dos eleitos. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: Código de Ética da Magistratura Nacional.

PONTO 31

DIREITO PENAL: Lei de Execução Penal. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Recursos em geral. Conceitos e pressupostos. Interposição. Juízo de admissibilidade. Processamento. Fungibilidade. Desistência. Efeitos. Extinção. Espécies. DIREITO CONSTITUCIONAL: Defesa do estado e das instituições democráticas. Estado de defesa. Estado de sítio. Forças armadas. Segurança pública. DIREITO ELEITORAL: Partidos políticos. Organização partidária. Sistemas partidários. Filiação partidária. Fidelidade partidária. Coligações partidárias. Prestações de contas de campanha. Propaganda partidária. Propaganda eleitoral. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.

PONTO 32

DIREITO PENAL: Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Crimes contra idosos. Crimes definidos no Estatuto do Desarmamento. Interceptação de comunicações telefônicas. Crimes definidos no Código de Trânsito Brasileiro. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Crimes de violência doméstica. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Ações autônomas de impugnação. Habeas corpus. Revisão criminal. Mandado de segurança contra ato jurisdicional penal. DIREITO CONSTITUCIONAL: Tributação e orçamento. Sistema tributário nacional: características e princípios gerais. As limitações constitucionais ao poder de tributar. Garantias do contribuinte. Finanças públicas. Ordem econômica e financeira. DIREITO ELEITORAL: Representação. Consulta. Impugnação. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Ação Rescisória. *Habeas-Corpus*. Mandado de Segurança. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.

PONTO 33

DIREITO PENAL: Crimes hediondos. Lei do crime organizado. Crimes de tortura. DIREITO PROCESSUAL PENAL: Execução. Competência. Direitos e deveres do condenado. Execução das penas em espécie. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Penas pecuniárias. Incidentes da execução. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Graça. Indulto. Anistia. Reabilitação. Execução das medidas de segurança. DIREITO CONSTITUCIONAL: Ordem social. Educação e cultura. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Índios. DIREITO ELEITORAL: Sistema de nulidades no Código Eleitoral. Crimes eleitorais. Recursos eleitorais. ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.

Natal, 26 de junho de 2015.

Juíza de Direito SANDRA SIMÕES DE SOUZA DANTAS ELALI
Presidente da Comissão do Concurso

Juiz de Direito FRANCISCO SERÁPHICO DA NÓBREGA COUTINHO
Membro da Comissão do Concurso

Juíza de Direito ERIKA DE PAIVA DUARTE TINOCO
Membro da Comissão do Concurso

Juiz de Direito JOAO AFONSO MORAIS PORDEUS
Membro da Comissão do Concurso

Advogado ARMANDO ROBERTO HOLANDA LEITE
Membro da Comissão do Concurso (Rep. da OAB/RN)